

# Revista **a** EVOLUÇÃO

Ano III - nº 35 - Dezembro/2022

ISSN 2675-2573

2020  
2021  
2022  
*Feliz*  
2023

A EVOLUÇÃO  
ESTÁ  
EM NOSSO  
DNA



LANÇAMENTO



Platform & workflow by OJS/PKP

[www.primeiraevolucao.com.br](http://www.primeiraevolucao.com.br)

# Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano III - nº 35 - Dezembro de 2022

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

**Editor Responsável:**

Antônio Raimundo Pereira Medrado

**Editor correspondente (Angola):**

Manuel Francisco Neto

**Coordenaram esta edição:**

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

**Organização:**

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

**Colunista:** Isac dos Santos Pereira

## AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

- Antônio Raimundo Pereira Medrado
- Elizabeth Hama Francisco e Luís Venâncio
- Lucicleide Pereira dos Santos
- Marilene Pereira da Silva
- Monica Nunes
- Nair Dias Ramos
- Rosemary Nunes Gomes
- Vilma Maria da Silva

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 3, n. 35 (dez. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022. 66 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Vol. 1, n. 1 (fev. 2020)

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.35

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

## ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.35>



São Paulo  
2022

**Editor Responsável:**

Antônio Raimundo Pereira Medrado

**Editor correspondente (ANGOLA):**

Manuel Francisco Neto

**Comissão editorial:**

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

**Coordenação editorial:**

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Denise Mak

Isac dos Santos Pereira

Patrícia Tanganelli Lara

Thaís Thomas Bovo

**Com. de Avaliação e Leitura:**

Prof. Me. Adeilson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

**Bibliotecária:**

Patrícia Martins da Silva Rede

**Colunistas:**

Profa. Mestranda Cleia Teixeira da Silva

Prof. Doutorando Isac dos Santos Pereira

Prof. Mestrando José Wilton dos Santos

**Edição, Web-edição e projetos:**

Antonio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Lee Anthony Medrado

**Contatos**

Tel. 55(11) 98031-7887

Whatsapp: 55(11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)

netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)

https://primeiraevolucao.com.br

**Imagens, fotos, vetores etc:**

<https://publicdomainvectors.org/>

<https://pixabay.com>

<https://www.pngwing.com>

<https://br.freepik.com>

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições  
**Livro Alternativo**

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

**PROPÓSITOS:**

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

**PRINCÍPIOS:**

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.  
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**



Filiada à:



Platform & workflow by  
OJS / PKP



Google Acadêmico



**www.primeiraevolucao.com.br**

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

# SUMÁRIO

## 05 APRESENTAÇÃO

Profª. Dra. Andréia Fernandes de Souza

## COLUNA

### 06 **Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes**

Isac dos Santos Pereira



### 08, 09 e 10 Lançamentos



### 11 **Exposição: Nina Pandolfo na EMEF Tereza S. K. Hatori**



## ARTIGOS

# ARTIGOS

### 1. A CRENÇA RELIGIOSA E A ESCOLA PÚBLICA

Antônio Raimundo Pereira Medrado

15

### 2. INFLUÊNCIA DAS REDES DE APOIO SOBRE A PERCEPÇÃO DE BEM-ESTAR PSICOLÓGICO E QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS IDOSAS EM LUANDA

Elizabeth Hama Franciscos Luís Venâncio

23

### 3. A ARTE E A CULTURA DIGITAL NO PROCESSO EDUCATIVO

Lucicleide Pereira dos Santos

29

### 4. JOGOS E BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

MARILENE PEREIRA DA SILVA

37

### 5. AS ARTES PLÁSTICAS COMO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Monica Nunes

43

### 6. AS PRÁTICAS CORPORAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E NOS PROJETOS INTERDISCIPLINARES

Nair Dias Ramos

51

### 7. GESTÃO PÚBLICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

Rosemary Nunes Gomes

57

### 8. A IMPORTÂNCIA DA ARTE DE ATUAR E FANTASIAR EDUCAÇÃO INFANTIL

Vilma Maria da Silva

61

## A CRENÇA RELIGIOSA E A ESCOLA PÚBLICA

ANTÔNIO RAIMUNDO PEREIRA MEDRADO

### RESUMO

Este estudo pretende investigar e compreender as principais circunstâncias em que ocorrem indução e/ou imposição de valores religiosos, alheios ou contra a vontade dos estudantes, e sem a permissão dos pais, em escolas públicas. É inspirado na pedagogia libertária do espanhol Francisco Ferrer y Guardia, com o aporte teórico de Pierre Bourdieu como referencial, baseada em trabalhos e estudos da professora Roseli Fischmann, e nas experiências vividas em território escolar. É um estudo descritivo qualitativo, caracterizado como um estudo de caso do tipo interpretativo, circunscrito à investigação bibliográfica. O propósito desse estudo é apontar alternativas que fortaleçam a ideia de respeito à diversidade e às diferenças, valorizando o ser humano como indivíduo autônomo numa sociedade multicultural, por meio da educação pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Laicismo. Ensino Religioso. Pedagogia Libertária.

### INTRODUÇÃO

Na escola somos introduzidos desde muito cedo, sendo para alguns o primeiro contato real com o mundo exterior. A educação nos é apresentada não só como direito conquistado, mas também e principalmente, como sendo obrigatória, seja por força da lei, seja pela necessidade criada pelo próprio sistema para manter-se funcionando. A importância dada à escola é tanta que basta despontar um novo agrupamento de pessoas, por menor que seja o grupo, e sua primeira reivindicação pública será a construção de escolas.

Essa característica norteia o funcionamento da sociedade contemporânea, até porque, é nessa instituição que os sujeitos crescem depositando suas expectativas de experimentação, aprendizagem, e também de ascensão social, mesmo quando ela não corresponde de fato às expectativas.

[...] no funcionamento de uma instituição escolar que, sem dúvida, nunca exerceu um papel tão importante e para uma parcela tão importante da sociedade como hoje, essa contradição tem a ver com uma ordem social que tende cada vez mais a dar tudo a todo mundo, especialmente em matéria de consumo de bens materiais ou simbólicas, ou mesmo políticas, mas sob as espécies fictícias da aparência do simulacro ou da imitação, como se fosse esse o único meio de reserva para uns a posse real e legítima desses bens exclusivos. (BOURDIEU, 1998, p.225)

---

Contando com o aval, (ou desconhecimento) da população, a escola cada vez mais se prende às rédeas do poder estabelecido, caracterizando-se por moldar, reconstruir o indivíduo de acordo com a classe social em que ele está inserido, como se tentasse definir desde cedo qual o papel desse cidadão nesta trama, porém, sem lhe dar escolhas. A ideia de emoldurar o indivíduo conforme os aspectos sociais e culturais pré-definidos, parte da suposição de que quem não se enquadra não prospera, não alcança seus objetivos etc. Por isso a necessidade de seguir a cartilha, pois a mesma tem um modelo de sociedade, de comportamento, de moral que “melhor representa uma vida exitosa”.

Antes mesmo da escola, a família é a primeira responsável pela formação e inserção do indivíduo na sociedade, junto a isso a formação religiosa (e não facultativa) das crianças, contribuindo para sua formação moral e manutenção das crenças familiares, costumes e determinados valores.

Temos então a fórmula perfeita para uma sociedade funcional nos moldes do que pretende o estado ou sistema estabelecido. Os valores familiares e religiosos tradicionais, mais a formação cívica, estrutural e organizacional recebida na escola pública, bastando isso para preservar nosso orgulho de colonizados modernos, respeitadores das leis e dos bons costumes, preservadores da moral e da ordem, onde questionar torna-se um ato vergonhoso, pecaminoso ou criminoso.

Contudo, é sabido que mesmo numa sociedade com maioria religiosa e/ou submissa de alguma forma, é possível surgir aqueles que são menos religiosos, e até mesmo aqueles que são aversos à religião, contestadores, questionadores etc. não sendo isso prova de que sejam melhores ou piores devido a essa característica. Indivíduos esses que possivelmente tiveram formação não convencional, principalmente em casa, onde aprenderam a respeitar as diferenças e a diversidade antes mesmo de ter ido à escola. Esses, mormente sua permanência na escola, são como se imunes fossem aos doutramentos, muito embora sejam apontados como diferentes, são poucos, e acabam por aceitar facilmente a alcunha que lhes é dada, ou sofrem muito devido a isso.

O Estatuto da Criança e do Adolescente em sua ânsia de proteger e assegurar nem que seja o mínimo para nossas crianças, não acha tempo para questionar o fato de que esses jovens não são indagados sobre o desejo de submeterem-se ou não à crença de seus pais, (isso também no âmbito escolar), o que muitas vezes pode representar algo tão malévolo para sua evolução e progresso quanto as famosas e tão discutidas palmadas.

A Constituição Brasileira de 1988 claramente estabelece a laicidade do estado, delimitando as ações religiosas ao âmbito privado apenas, muito embora respeitando e garantindo as diferentes crenças, não lhes permitem normatizarem a esfera pública, que abrange a todos, indiferente às suas convicções religiosas. O fato é que a letra da lei muitas vezes perde seu valor na prática das ações sociais cotidianas, e a escola não tem fugido a esta horrenda regra, no que diz respeito às práticas religiosas criminosas e o ensino religioso (mesmo o oficial).

É preciso salientar a todo instante que, do ponto de vista legal, humanitário e de respeito ao próximo, todos são livres para crer ou descreer, sem prejuízo a seu desenvolvimento e a sua participação na vida social do país, no entanto, ateus e não-cristãos são coagidos e pressionados diariamente a participarem de atividades onde são desrespeitados, ridicularizados e até constrangidos no ambiente escolar público, lugar onde vão para se desenvolverem e progredirem.

Como respeitar o ambiente escolar quando nele se é desrespeitado constantemente, sob a autoridade do diploma, do cargo, e pior, da ameaça de punição?

---

A ideia de enxergar a escola pública sob uma ótica não usual, ou sob um ponto de vista crítico, no sentido legal, pedagógico ou metodológico de suas ações pode nos levar a rediscutir novas formas de construir-se como sujeitos ativos e participativos na sociedade, respeitando as minorias e trabalhando para que elas não sejam vítimas de discriminação ou preconceito sob a autoridade de professores que se julgam melhores devido apenas as suas experiências e crenças religiosas.

## JUSTIFICATIVA

A busca por melhorias no ensino público, por uma educação que respeite o indivíduo, e a preocupação em ampliar as possibilidades de educar para libertar o indivíduo das amarras de um sistema que o violenta com suas imposições, é que norteia esse estudo.

A cada ano milhares de crianças deixam seus lares e suas visões de mundo e se submetem a um novo mundo, dito bem mais amplo e colorido, divertido às vezes, e maravilhoso tanto mais o aceitem, esse mundo de possibilidades é o que chamamos de escola. Sinônimo de educação, a escola pública tem se comportado como um depósito de crianças a serem moldadas de acordo com a vontade do sistema, que as enumera e as acomoda em classes sociais subalternas e subservientes.

A serviço do sistema que a mantém, a escola, ou melhor, a educação, é entendida como possibilidade de emancipação humana, de acesso ao conhecimento e de esperança no futuro, talvez até o melhor caminho para formação e inclusão social. Seu dever para com a sociedade, se aplicado de maneira consciente poderia de fato levar o sujeito a repensar sua participação no mundo e ampliar sua consciência para com o próximo, fortalecendo sua cultura e de sua comunidade. Porém, quando foge de seus propósitos, torna-se um simples armazém de pessoas, condicionando-as a seguirem normas e a repetirem discursos que desconhecem, que não entendem, e que se discordam, acatam-nas do mesmo modo, sob a ameaça de punição legal ou divina.

“O indivíduo formado no seio da família com seus atavismos selvagens, com erros tradicionais perpetrados pela ignorância dos pais, e na escola com algo pior que o erro, que é a mentira sacramental imposta por aqueles que dogmatizam em nome de uma suposta revelação divina, entrava na sociedade deformado e degenerado, e não podia ser exigido dele, por uma reação lógica de causa e efeito, mas que resultados irracionais e perniciosos.” (FERRER, P.2, 2010)

Dentro dessa estrutura que temos hoje, e que se arrasta desde o Brasil colônia, a educação não fomentará o desejo de emancipação e autonomia do indivíduo, principalmente quando julga saber o que é melhor para todos igualmente. O despertar da educação seria a única solução para tirar o indivíduo dessa condição atávica à qual por ventura esteja preso, e a escola tornar-se-ia imprescindível para formação do sujeito social consciente e livre, mas para isso, a escola precisaria se reinventar sob diferentes aspectos.

Ela nunca deixou de ser fiel à sua condição de formadora de opinião, muito embora sempre afinada com os governos e com o sistema de privilégios que a mantém como legitimadora de suas normas e das diferenças sociais.

---

[...] o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força. (BOURDIEU, 2001, p.311)

O modo de atuação das instituições educacionais públicas, quase nunca é avaliado ou conhecido pelos pais, estes preferem acompanhar de longe, preocupados apenas com o resultado, acreditando que será sempre o melhor, já que confia cegamente a instrução de seus filhos aos profissionais que julgam preparados. Pouco ou nada se preocupam com o que pensam seus filhos, e a que tipo de tortura psicológica ou humilhação poderá ser submetido em nome de uma suposta sociedade melhor.

É nesse campo de abandono que nas entranhas das escolas públicas esconde-se como uma víbora voraz a imposição de valores e crenças, que extrapola o âmbito legal das coisas, violenta e se impõe como sendo absoluta, e que podemos chamar sem medo de: fanatismo religioso. Combater esse monstro como sendo filho da ignorância, da superstição, e portanto um erro, deveria ser o verdadeiro e constante papel do educador em sala de aula.

“Se dada religião é tomada como “melhor” ou “preferencial”, comparativamente às outras religiões que estejam presentes em dada sociedade, e sejam quais forem os argumentos usados, automaticamente o grupo de adeptos dessa religião passará a gozar de privilégios e distinção que excluirão os demais.” (Fischmann, 17, 2012)

A educação como ferramenta de emancipação humana deve ser repensada a todo instante, visto trabalhar com uma diversidade infindável de indivíduos e culturas, às quais deveria servir. Qualquer imposição religiosa no ambiente escolar público, deve ser denunciada como crime, e combatida em nome da liberdade de crença e do direito de não crer, ou mesmo de descreer.

Codello (2007; :95), citando Proudhon, diz que “Quanto mais o homem é ignorante, maior é a sua obediência, e mais absoluta é a confiança em seu direcionamento...”. A imposição de ditames religiosos na escola pública baseia-se na ignorância para gerar ignorância, já que não está voltada para a libertação e autonomia do indivíduo. E se uma criança não pode preservar suas características e padrões culturais, e até sua liberdade de escolha, pode significar que a escola está moldando-a de alguma forma bem mais acentuada do a que estamos habituados a ver e aceitar.

A escola, pública, portanto laica, deveria atender a todos de forma indiscriminada, tratando de propiciar a seus alunos um ambiente agradável e de respeito mútuo, onde a diversidade cultural prevalece como riqueza, e onde o indivíduo tem garantidas as suas particularidades, sem que sinta-se coagido ou ameaçado devido às suas crenças ou descrenças religiosas.

“[...] o caráter laico do Estado, que lhe permite separar-se e distinguir-se das religiões, oferece à esfera pública e à ordem social a possibilidade de convivência da diversidade e da pluralidade humana. Permite, também, a cada um dos seus, individualmente, a perspectiva da escolha de ser ou não crente, de associar-se ou não a uma ou outra instituição



---

religiosa. E, decidindo por crer, ou tendo o apelo para tal, é a laicidade do Estado que garante, a cada um, a própria possibilidade da liberdade de escolher em que e como crer, ou simplesmente não crer, enquanto é plenamente cidadão, em busca e no esforço de construção da igualdade.” (FISCHMANN, P.16, 2012).

Garantir a liberdade do indivíduo permitindo que ele mesmo possa ser responsável pelos seus atos, ações, escolhas e ideias é também responsabilidade da escola, visto acompanhar desde cedo o caminhar daquela criança, conhecer nuances de sua personalidade, e conviver as vezes por mais tempo com os alunos que os próprios pais. A diversidade deve ser encarada como uma das principais fontes de integração humana, e nunca, como fator de diferenças para justificar a tentativa de homogeneização religiosa como vemos hoje em algumas escolas.

## OBJETIVOS

Esse estudo busca Investigar e compreender as principais circunstâncias em que ocorrem indução e imposição de valores religiosos por parte dos funcionários da educação, alheios ou contra a vontade dos educandos, apontando uma única religião como sendo “verdadeira” em detrimento às crenças ou descrenças dos alunos.

A escolha do pedagogo Francisco Ferrer y Guàrdia como inspiração, deu-se justamente devido à proposta de uma nova forma de pensar a educação, como sendo uma ferramenta de libertação, e a escola como sendo um espaço livre para aprendizagem, laico, racional e principalmente humanitário. Além dele, recorri às ideias e trabalhos sobre o ensino religioso obrigatório no Brasil, e valiosos outros estudos a ele relacionado, da professora Roseli Fischmann.

A partir desse estudo espera-se apontar alternativas e desenvolver propostas que estimulem e fortaleçam o respeito ao próximo, às diferenças, às liberdades de crença e de expressão. Ao direito de não crer e não ser discriminado; ao direito de não aceitar sem ser punido. Esses fatores se sobressaem quando a fé e a ciência se encontram nas escolas, e o que deveria ser apenas um encontro de diferenças, torna-se uma disputa entre diferentes, e onde deveria medrar conhecimento, vemos brotar mais conflitos.

## HIPÓTESE

Algumas instituições educacionais atuam diretamente com o indivíduo desde a sua fase de desenvolvimento (físico, intelectual, moral ou político). A época das descobertas por si só sugere uma progressão contínua de novidades que pululam em suas cabeças o tempo inteiro. Na escola, essas descobertas evidentemente se acentuam, porém fica evidenciado que são direcionadas de forma a manter um certo padrão de funcionamento e normalidade.

Boas ou más, as escolas estão espalhadas por todo o mundo, cada uma a seu modo fazendo o possível para instruir conforme as necessidades se apresentem, para tanto contam com profissionais e técnicos que têm como função justamente colaborar para que a educação seja a melhor possível para o educando, a fim de que ele se desenvolva e tome parte na sociedade. Como parte de suas atribuições está a de garantir o direito e preservar as garantias legais conquistadas pelos indivíduos, além de lhe propiciar conhecimentos para que tomem (os alunos) parte na sociedade.

---

Dentre esses direitos está o da liberdade de crença, uma garantia constitucional no Brasil, que se não respeitada coloca em risco não só a integridade do indivíduo, das religiões, como também o funcionamento de uma nação, se porventura cair nas mãos de grupos religiosos extremistas. O resultado disso a história já se cansou de nos mostrar.

“Tão básico é o direito à liberdade de crença presente no foro íntimo de cada um, que qualquer ameaça, incluindo a que se volta para a própria possibilidade de sua existência, torna-se ameaça à integridade da identidade de cada um, de grupos e da própria sociedade.” (FISCHMANN, p. 17, 2012)

É certo que a escola pública de hoje, em grande parte, é administrada por adeptos de alguma corrente religiosa cristã, o que podemos considerar normal, devido a nossa formação de colonizados, e que conta entre seus profissionais com um grande número de também religiosos, ávidos por mudanças de comportamento, sedentos de almas para serem convertidas, e com “ferramentas morais” para consertar o mundo, que acreditam estar perdido.

O fato de serem religiosos e pertencerem a esta ou aquela denominação religiosa não os desabonam em absolutamente nada, nem os impedem de atuarem em suas funções sociais, inclusive, é esse é um direito constitucional, sabiamente garantido, e que ilustra bem o sentido de liberdade e respeito.

O principal aqui é que são profissionais da educação com formação suficiente(?) para integrar, educar, incentivar, despertar, disseminar conhecimentos e ajudar a construir uma sociedade que seja justa para todos, no entanto, alguns insistem em agir como criminosos em nome de sua pretensa única e verdadeira fé. Sabedores (deveriam ser), de que diversidade de povos, cultura etc, traz em seu bojo também, diversidade de crença, imperando assim no mínimo o respeito ao indivíduo e às suas características culturais.

Embora preparados e formados em escolas seculares, quando não, com princípios racionais, e atuando em escolas declaradamente laicas, em algum momento de suas vidas um determinado número de professores, diretores, coordenadores etc. optam por extrapolar o âmbito pessoal, no que se refere a fé, e invadem o campo social, na tentativa (às vezes até não intencional, porém não menos criminosa) de convencer, converter, coagir, impor sua forma de ver o mundo, de acordo apenas com o que pensa e crê, acreditando ser isso o correto para todos.

Tornou-se comum, professores pedirem aos alunos para porem-se de pé e fazerem uma oração antes de começar a aula. Tornou-se comum, em reunião de professores alguém solicitar permissão e convidar a todos para que se deem as mãos em uma oração, constringendo aqueles de crenças diferentes, e também os ateus. Tornou-se comum, apontar o dedo para o aluno e dizer que ele precisa de “Jesus” no coração.

Como contrariar o professor que propõe uma oração antes das aulas? Como dizer não, ao professor que frequenta a mesma igreja que seus pais? Como se dizer ateu quando o professor afirma que, quem não tem deus no coração é uma pessoa do mal? Como respeitar o professor que diz que minha crença não é a certa?

A escola atua como ferramenta de reprodução social, com base numa cultura dominante, e assim sendo, ela nunca se apresenta neutra em suas ações, pois carrega consigo as características dos agentes dominantes no seu campo de ação, ou seja, ela é quem determina. Parte dos profissionais também não

---

se importa com os aspectos e direitos das minorias, usando equivocadamente a seu favor o discurso da ditadura democrática da maioria, de que por ser um país de maioria cristã, essa tem privilégios em relação às outras crenças, uma afirmação que é não se caracteriza como verdadeira.

Não conseguem, estes profissionais da educação, separar suas crenças e sua visão de mundo, da realidade do mundo físico e sua dinâmica, desenvoltura e diversidade, e na sua tentativa de querer e se achar melhor ou especial devido a sua crença, acabam por coagir seus alunos, da mesma forma que fazem com seus filhos, impondo-lhes algo que não se prova, mas que apenas se sente, e não querem entender que sentir é fator de percepção íntima. Além do mais, existe o fator liberdade, o querer não crer, que é amplamente desrespeitado.

Chegam a ponto de em suas aulas omitirem fatos históricos, desmerecerem descobertas científicas, jogarem por terra anos de estudos de pesquisadores responsáveis, a fim de fazerem prevalecer suas crenças e sua fé. Não se preocupam em tentar estabelecer vínculos pacíficos e de convivência tranquila entre os que encontram respostas na ciência e os que encontram respostas na fé. Impedem a diversidade e o respeito, e estimulam a disputa, o constrangimento e a perseguição.

É que o universo da pesquisa científica tem dinâmica própria, voltada para a análise objetiva, a reflexão crítica e, de forma especial, a constante atitude de dirigir um olhar permanentemente indagador ao mundo e à vida. Já os universos religiosos – mais apropriadamente mencionados no plural, pois é impossível reduzi-los a qualquer unidade ou homogeneidade –, são marcados pela crença, por escolhas que se fazem a partir da fé, como fenômeno humano inescrutável.”(Fischmann, 29, 2012).

## CONCLUSÃO

Observamos uma tentativa constante, muito embora inconsciente, de hegemonização e imposição religiosa no ambiente escolar público em algumas ações de docentes, seja em exemplos, nos discursos ou na cobrança de um modo de se comportar, se vestir e de se expressar. Isso não significa que todos os professores atuem para desmerecer a liberdade e autonomia do estudante, e sim, que devemos estar atentos àqueles que agem criminosamente dentro das escolas, mesmo que alegadamente estejam ‘querendo o melhor’ para o estudante.

Nestas ações alguns educadores sublevam as leis conscientemente, numa tentativa de convencer ou até mesmo ameaçar o estudante relacionando determinado comportamento com o fato de frequentar ou não alguma igreja. O argumento de que o aluno é obediente ou não pelo fato de ter ou não uma religião não é validado nem pela lógica, nem pela experiência e nem pelos fatos.

Caberia a esses profissionais da educação (felizmente não são todos), repensarem suas funções como formadores de opiniões e de futuros profissionais, usar de bom senso e de respeito, se não às leis do país, ao menos ao indivíduo, que está ali para aprender, o que não significa aprender qualquer coisa e de qualquer jeito, e pior, sob ameaça e coação.

Espera-se com este trabalho contribuir para a discussão dos princípios de autoridade nas escolas e propor novas alternativas de educação que visem dar autonomia aos educandos para que desenvolvam o senso crítico, que possibilitem o questionamento de seus papéis na sociedade, que não deve ser apenas o de dependência e submissão.

---

## BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, José Carlos. **A Razão de Deus. Ciência e fé, criacionismo e evolução, determinismo e liberdade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** (org) Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução. Elementos Para uma Teoria do Sistema de Ensino.** (trd) Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- CODELLO, Francisco. **A Boa Educação – Experiências Libertárias e Teorias Anarquistas na Europa, de Godwin a Neill.** Vol. 1. São Paulo: Imaginário – Ícone, 2007.
- FERRY, Luc; JERPHAGNON, Lucien. **A tentação do Cristianismo – de seita a civilização.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- FISCHMANN, Roseli. **Estado laico, educação, tolerância e cidadania** : para uma análise da concordata Brasil-Santa Sé. São Paulo: Factash Editora, 2012.
- FISCHMANN, Roseli. **Ensino Religioso em Escolas Públicas: Impactos sobre o Estado Laico**, Roseli Fischmann (org.), 230 págs., Ed. Factash, 2008.
- FISCHMANN, Roseli. **Ainda o Ensino Religioso Em Escolas Públicas:** Subsídios para a elaboração de memória sobre o tema. [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/ENSINORELIGIOSO/artigos2/ainda.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/ENSINORELIGIOSO/artigos2/ainda.pdf).
- GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder.** São Paulo: Cortez, 2008.
- GALLO, Sílvio. **Pedagogia Libertária. Anarquistas, Anarquismos e Educação.** São Paulo: Imaginário – EDUA, 2007.
- GUÁRDIA, Francisco Ferrer. **La Escuela Moderna.** Espanha: Fábula Tusquets, 2009.
- MEDRADO, Antonio R. P. **O Brasil e o Ensino Religioso.** Artigo de pós-graduação em Ensino Religioso, na Uniandrade. Curitiba, 2014.
- STINER, Max. **O Falso Princípio da Educação.** São Paulo: Imaginário, 2001.

---

**Antônio Raimundo Pereira Medrado**

Pai, poeta e pedagogo. Professor na rede pública de ensino de São Paulo.

---

EVOLUÇÃO

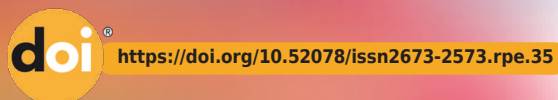


**ORGANIZAÇÃO:**

Andréia Fernandes de Souza  
Manuel Francisco Neto  
Vilma Maria da Silva

**AUTORES(AS):**

Antônio Raimundo Pereira Medrado  
Elizabeth Hama Francisco e Luís Venâncio  
Lucicleide Pereira dos Santos  
Marilene Pereira da Silva  
Monica Nunes  
Nair Dias Ramos  
Rosemary Nunes Gomes  
Vilma Maria da Silva



Produzida com utilização de softwares livres



LibreOffice®



Platform &  
workflow by  
OJS / PKP

[www.primeiraevolucao.com.br](http://www.primeiraevolucao.com.br)

